

D Tomaz acha que emancipação dos índios é genocídio

São Paulo — "O projeto de emancipação do índio é a estrutura do genocídio de uma maneira limpa, sem precisar sujar as mãos com arsênico, com armas. Esse decreto será um decreto criminoso, assassino, porém não sujará as mãos de quem o faz, mas sujará a memória para sempre", disse ontem o presidente do Cimi — Conselho Indigenista Missionário — D Tomaz Balduino, Bispo de Goiás Velho.

"É lamentável que isso aconteça num país cristão", disse D Tomaz, para quem as declarações do Ministro do Interior, Rangel Reis, de que o índio deve "usufruir da condição de cidadão e chegar a ser político, general ou presidente, é uma desfaçatez, uma leviandade imperdoável. Porque, se o Governo não consegue promover a maioria dos brasileiros marginalizados a um nível de classe média baixa, avaliem o que fará com os índios".

GENOCIDIO

D Tomaz Balduino citou, justificando sua crítica ao decreto em preparação, a Resolução 96 da ONU, incorporada ao Código Penal brasileiro, que define, entre as formas de genocídio, "submeter intencionalmente o grupo a condições de existência que favoreçam ou acarretem sua destruição física total ou parcial".

Além de destacar a necessidade de se formar "uma opinião pública nacional e internacional para repudiar a medida", D Tomaz ressaltou que "não se pode esquecer que essa luta é, primeiramente, dos índios. Precisamos acreditar no índio e reconhecer nele o protagonista de sua luta". Comparou a emancipação indígena com a abolição da escravidão, "que, aparentemente, foi feita para promover o negro que, na realidade, foi jogado na rua, sem indenização".

"Esse Governo não tem autoridade para falar em emancipação porque foi um mau tutor", disse o presidente do Cimi. "Mau tutor é o que dilapida o patrimônio do tutelado e a Funai, através do DGPI (Departamento Geral do Patrimônio Indígena) não tem feito outra coisa senão arrendar, devorar as terras e colocar o índio como mão-de-obra barata, enquanto o índio não vê o fruto do patrimônio que produz". Lembrou que os índios têm pouca terra: se o Governo fosse dividir as terras indígenas, "cada índio teria 96 hectares, enquanto o módulo do INCRA para o lavrador comum é de 500 hectares".

ATO PÚBLICO

Em Porto Alegre, o presidente da ANAI (Associação Nacional de Apoio ao In-

dio), Assis Hoffmann, distribuiu nota convocando todas as pessoas "sensíveis ao drama dos silvícolas brasileiros" para que compareçam ao ato público de repúdio ao projeto de emancipação indígena, na PUC de São Paulo, no dia 8 de novembro.

Segundo a ANAI, o Sr Rangel Reis passará à história "como Hitler" pelo "caráter genocida deste projeto, pelo qual o índio perderia a proteção da legislação tutelar". O ato público é organizado pela Comissão Pró-Índio.

Em Belo Horizonte, o Grupo de Estudos da Questão Indígena, fundado este ano, distribuiu nota acusando o Ministro Rangel Reis de ter recorrido a um "artifício jurídico" para retirar do Congresso o debate sobre o projeto de emancipação indígena, condenado pela entidade porque "só atenderá aos interesses dos grandes proprietários de terras e nunca às comunidades indígenas".

A entidade afirma que a retirada do projeto de emancipação, transformado em decreto, se deveu às contínuas pressões de vários setores da população, inclusive o abaixo-assinado de quase 3 mil assinaturas que o grupo enviou às autoridades, manifestando sua total discordância com os termos da proposta.

PROJETO

O projeto de decreto sobre a emancipação indígena não deverá ser encaminhado ao Presidente Geisel no próximo dia 30, como se previa, pois tanto o Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, como o presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, viajam durante esta semana, o que levará ao adiamento da reunião que aprovará o texto final.

A proposta, já anunciada, da criação de uma comissão revisora do Estatuto do Índio, através do decreto sobre a emancipação, está encontrando oposição dentro do Ministério do Interior, pois se argumenta que a regulamentação de uma lei não pode promover sua revisão.

A comissão revisora prevista no texto em esboço seria formada por representantes do Conselho de Segurança Nacional, Secretaria do Planejamento da Presidência e Ministérios da Justiça e do Interior. Se a proposta foi excluída do texto, o Ministro Rangel Reis poderá designar uma comissão informal para rever o Estatuto e elaborar projeto de lei nesse sentido, que seria examinado e julgado pelo Legislativo.